

Atribuição BB CY 4.0

COLONIZAÇÃO E IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL: UM ESTUDO EMPÍRICO SOBRE AS POPULAÇÕES PRETAS, PARDAS E INDÍGENAS NO MUNICÍPIO DE JAGUARIBE, CEARÁ

Rafael Souza Cruz¹

Marcos Venicius Nunes²

Neyrismar Felipe dos Santos³

Cristiane Souza Silva⁴

Resumo

Este estudo analisou o conhecimento dos integrantes do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) do IFCE – *Campus Jaguaribe* acerca dos processos históricos de colonização e resistência das populações negras (pretas e pardas, conforme classificação do IBGE) e indígenas no município. Trata-se de uma pesquisa descritiva, de abordagem qualitativa, realizada com 18 participantes, entre março e junho de 2019, mediante aplicação de questionário estruturado. Os dados revelaram que 66,7% dos respondentes desconhecem a

¹Doutorando em Ciências dos Alimentos pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: rafaelsouzacruz123@gmail.com

²Mestrando em Biotecnociência pela Universidade Federal do ABC (UFABC). E-mail: marcosvnbio@gmail.com

³Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: felipeneys@gmail.com

⁴Doutora em Educação e docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: cristiane.silva@ifce.edu.br

história local de colonização, enquanto 33,3% a atribuem a sujeitos racializados como brancos, pardos e mestiços. A maioria reconhece a “Fábula das Três Raças”, embora sem articulação crítica com o mito da democracia racial. A baixa autodeclaração como preta (27,8%) reforça os efeitos do racismo epistêmico e do apagamento histórico. O estudo evidencia a urgência do fortalecimento de processos de (auto)identificação étnico-racial e da descolonização curricular, posicionando o NEABI como espaço estratégico de resistência e reconstrução de memórias historicamente silenciadas.

Palavras-chave

Colonização; Identidade Étnico-Racial; Cultura Indígena; Resistência.

640

Recebido em: 19/02/2025
Aprovado em: 15/07/2025

COLONIZATION AND ETHNIC-RACIAL IDENTITY: AN EMPIRICAL STUDY OF BLACK, BROWN, AND INDIGENOUS POPULATIONS IN THE MUNICIPALITY OF JAGUARIBE, CEARÁ

Abstract

This study analyzed the knowledge of members of the Center for Afro-Brazilian and Indigenous Studies (NEABI) at the Federal Institute of Ceará – Jaguaribe Campus regarding the historical processes of colonization and resistance of Black (pretas and pardas, according to IBGE classification) and Indigenous populations in the municipality. This is a descriptive, qualitative study conducted with 18 participants between March and June 2019, through the application of a structured questionnaire. The data revealed that 66.7% of respondents were unaware of the local history of colonization, while 33.3% attributed it to racialized groups such as white, parda, and mestizo individuals. Most participants recognized the “Fable of the Three Races,” although without a critical articulation with the myth of racial democracy. The low rate of self-identification as pretas (27.8%) reinforces the effects of epistemic racism and historical erasure. The study highlights the urgent need to strengthen processes of ethnic-racial (self)identification and curricular decolonization, positioning NEABI as a strategic space for resistance and the reconstruction of historically silenced memories.

641

Keywords

Colonization; Ethnic-Racial Identity; Indigenous Culture; Resistance.

Introdução

A sociedade brasileira contemporânea é marcada pelo multiculturalismo, resultado da confluência histórica entre povos indígenas, africanos e europeus. No entanto, essa formação ocorreu por meio de processos violentos e sistematicamente criminosos, iniciados com a invasão europeia, que promoveu a exploração dos povos originários e consolidou um regime escravocrata baseado no sequestro e na submissão de africanos trazidos à força para o território brasileiro (Souza e Braga, 2018).

642

O processo de colonização no Brasil foi conduzido de forma violenta e etnocêntrica, sustentado pela visão de mundo do homem branco europeu, que se impunha como modelo cultural e moral hegemônico. A diferença — étnica, religiosa, linguística ou social — era frequentemente desqualificada e tratada como inferior, sendo rotulada como bárbara, primitiva ou patológica (Esteves, 2018). Essa lógica racializante estabeleceu as bases de uma estrutura social profundamente excludente, cujos efeitos reverberam até os dias atuais.

Esse contexto se manifesta de maneira particular na região Nordeste do Brasil, mais especificamente no território que hoje corresponde ao estado do Ceará. A ocupação colonial dessa área foi marcada por intensos conflitos entre os povos indígenas e os colonizadores, resultando em massacres, escravização e deslocamentos forçados. Diante da violência, muitas populações indígenas e negras fugiram e buscaram refúgio em áreas mais afastadas. A ribeira do Vale do Jaguaribe, nesse cenário, constituiu-se como território estratégico de resistência às estruturas escravistas (Chaves, 2016).

Durante o período colonial, a capitania do Ceará funcionava essencialmente como um posto militar, encarregado de organizar e sustentar os embates contra as populações consideradas “hostis” pelos europeus, especialmente aquelas que habitavam a região do rio Jaguaribe (Nunes, 2016). Ao longo desse processo, o Vale do Jaguaribe foi ocupado por diferentes grupos étnicos, inicialmente compostos por povos indígenas, aos quais se somaram populações negras fugitivas do sistema escravocrata (Ratts, 2009). A convivência forçada e a troca entre esses grupos contribuíram para a formação de aldeamentos e, posteriormente, para a constituição de identidades indígenas reconfiguradas (Nunes, 2016).

Há uma falácia que não existem negros/as no Ceará, no entanto, é mais uma estratégia do racismo e uma das formas criadas de invisibilidade da história e da cultura da população negra no nosso Estado. Nunes (2007), no seu trabalho, nos alerta que uma das justificativas para tal afirmação é dada pela presença insignificante de escravizados no Ceará, que não deixou um legado para a sociedade cearense.

O tratamento e o sentimento em relação aos escravizados no Ceará não foi muito diferente do restante do País, no regime de submissão e coisificação. Ferreira (2009) diz que a vida dos africanos no Ceará não era diferente da vida nas demais regiões do País. Foram jogados no mundo do trabalho e obrigados a aceitarem qualquer serviço, assim como as condições de vida. Ele assinala que “[...] os negros/as, mesmo livres, seriam identificados e tratados como escravos”. O autor chama a atenção para estudos sem uma reflexão mais aprofundada a respeito da escravidão no nosso estado, que o viam de forma romântica e humana.

Citado por Nunes (2007), Ratts elenca quatro pontos, usados para justificar o escravismo dos negros/as e dos índios no nosso estado, e que necessitam ser desconstruídos: a pequena quantidade de negros/as no território cearense; a visão da maior parte dos historiadores de que a pecuária utilizou pouca mão de obra escrava; a escravidão “branda”, ou seja, o discurso da suavidade da escravidão cearense, por conta de os cativos estarem exercendo principalmente trabalhos domésticos; e a antecipação da abolição no Ceará, que aconteceu em 1884 – quatro anos depois, se “concretizou” a libertação dos escravizados no País.

Contudo, em virtude do silenciamento e da invisibilidade da população negra no Ceará, não percebemos as suas contribuições à sociedade, que vai desde a formação do Estado, como a criação de alguns municípios, de comunidades negras, perpassando os costumes, atingindo até a linguagem de origem bantu, como os termos: “angu, banguela, batuque, bambu, bunda, cabaço, cachaça, cachimbo, caxumba, caçula, cafua, calombo, candomblé [...], dengue, dengoso, moleque [...], caponga etc.” (FERREIRA, 2009, p. 67).

Essa complexa dinâmica de contato e mestiçagem entre povos indígenas e africanos moldou os traços étnico-raciais da população local. A diversidade cultural que emergiu desse processo revelou-se como elemento fundamental para a organização social e para a constituição das famílias sertanejas no Ceará

(Chaves, 2016). Ressalta-se que as trajetórias históricas desses grupos, embora distintas, entrelaçam-se em virtude das condições de subalternização e ressocialização impostas pela colonização (Nunes, 2016).

Nessa perspectiva, compreender as identidades negra e indígena implica reconhecer os dispositivos de exclusão e silenciamento que, desde a colonização, definiram o lugar desses sujeitos no espaço social. Essa reflexão é essencial não apenas para o redimensionamento das estruturas racistas herdadas da lógica colonial, mas também para a valorização da memória e da identidade desses povos em seus respectivos territórios. A depender do público e da abordagem teórica adotada, vale refletir criticamente sobre o uso de termos como “índios”, optando-se preferencialmente por “povos indígenas”, a fim de garantir precisão conceitual e respeito à autodeterminação dos grupos.

Assim, a identidade de ser negro/a no Ceará não difere muito da do restante do País. Nas palavras de Gomes (2010), é no contexto histórico, político, educacional, social e cultural que os/as negros/as brasileiros/as formam suas identidades e, entre elas, a identidade negra, sendo está uma construção pessoal e social, formada de diferentes maneiras.

Diante disso, o objetivo desta pesquisa é analisar o conhecimento dos integrantes do Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena (NEABI), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – *Campus Jaguaribe*, sobre a colonização e os processos de resistência das populações indígenas e negras no município de Jaguaribe, Ceará.

Este estudo integra um conjunto de investigações pioneiras desenvolvidas no âmbito das atividades de extensão do NEABI, justificando-se pela relevância de aprofundar a compreensão sobre os processos de resistência e (re)existência dessas populações, contribuindo para o fortalecimento da área das relações étnico-raciais e para a valorização da diversidade histórica e cultural da região.

Metodologia

Este trabalho é caracterizado como um estudo descritivo, com abordagem qualitativa, definido por sua especificidade em relação a um determinado fato, objeto, grupo de pessoas ou fenômeno da realidade. Busca-se, assim, obter informações fidedignas que permitam compreender o sentido e as características

do objeto investigado, por meio da aplicação de instrumentos como entrevistas, questionários ou intervenções (Oliveira, 2010).

A pesquisa foi realizada entre os meses de março e junho de 2019, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – Campus Jaguaribe, localizado no município de Jaguaribe, região sudoeste do Estado do Ceará, na Avenida B, bairro Manoel Costa Moraes, nº 387 (IPECE, 2007).

Participaram do estudo 18 pessoas, entre alunos e professores dos cursos técnico em Eletromecânica, superior em Licenciatura em Ciências Biológicas e Tecnologia em Redes de Computadores. Utilizou-se o método de amostragem aleatória simples para a seleção dos participantes, garantindo que todos tivessem a mesma probabilidade de serem escolhidos para compor o levantamento dos dados.

Para a coleta das informações, foi aplicado um questionário de múltipla escolha contendo 12 questões, elaborado pelos autores do estudo. O instrumento foi ambientado na plataforma *Google Forms* e disponibilizado aos participantes por meio de um link enviado por e-mail. A escolha dessa ferramenta fundamentou-se nas concepções de Dias (2004), que compreende o questionário como um mecanismo eficaz para detecção e diagnóstico de percepções, favorecendo o desenvolvimento de questões específicas direcionadas a grupos determinados, além de contribuir para a definição da extensão e profundidade do problema investigado.

Os dados obtidos foram organizados em planilhas e submetidos à análise descritiva, compreendida, segundo Gil (2002), como uma técnica que busca observar e descrever as características do objeto de estudo. Essa análise permitiu interpretar as percepções da população investigada com base nas relações entre as variáveis, cujos resultados foram analisados à luz da literatura e corroborados por autores da área.

Resultados e discussões

Em relação à identificação dos participantes, os dados obtidos indicam um perfil majoritariamente composto por pessoas brancas, heterossexuais e com

escolaridade de nível médio/técnico, superior ou pós-graduação, conforme demonstrado na Tabela 1.

Quanto ao sexo, 66,7% dos respondentes se identificaram como do sexo feminino, enquanto 33,3% se declararam do sexo masculino. A faixa etária predominante situa-se entre 15 e 25 anos (77,8%), seguida pelas faixas de 26 a 30 anos (11,1%) e de 31 a 35 anos (11,1%).

No que se refere à autodeclaração racial, 38,9% dos participantes se identificaram como brancos; 33,3%, como pardos; e 27,8%, como pretos — conforme a classificação do IBGE, que distingue entre pretos e pardos no agrupamento estatístico denominado “negros”. Nesse sentido, optou-se por utilizar o termo “pretos” especificamente para evitar generalizações que possam comprometer a clareza dos dados.

Em relação à orientação sexual, a maioria dos participantes (66,7%) se identificou como heterossexual, enquanto 22,2% se declararam bissexuais e 11,1%, homossexuais.

Quanto ao nível de escolaridade, observou-se que 22,2% dos participantes possuíam ensino médio integrado ao técnico; 61,1%, ensino superior em curso ou concluído; e 16,7% estavam matriculados em cursos de pós-graduação.

Tabela 1 – Distribuição dos participantes segundo sexo, faixa etária, raça/cor, orientação sexual e escolaridade.

Variável	Categoria	Frequência (n)	Percentual (%)
Sexo	Feminino	12	66,7%
	Masculino	6	33,3%
Faixa etária (anos)	15–25	14	77,8%
	26–30	2	11,1%
	31–35	2	11,1%
Raça/Cor	Branca	7	38,9%
	Parda	6	33,3%
	Preta ¹	5	27,8%

Variável	Categoria	Frequência (n)	Percentual (%)
Orientação sexual	Heterossexual	12	66,7%
	Bissexual	4	22,2%
	Homossexual	2	11,1%
	Ensino Médio		
Escolaridade	Integrado ao Técnico	4	22,2%
	Ensino Superior	11	61,1%
	Pós-graduação	3	16,7%

Nota: ¹ Classificação conforme critérios do IBGE, que considera "pretos" e "pardos" como categorias distintas dentro do grupo "negros". **Fonte:** Dados obtidos por meio de questionário aplicado entre março e junho de 2019 no IFCE – *Campus Jaguaribe*, 2019.

Observa-se que uma parcela reduzida do grupo se autodeclara como preta, conforme classificação utilizada neste estudo. É importante destacar que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a categoria "negra" abrange pessoas pretas e pardas. No entanto, para fins de precisão e clareza analítica, optou-se por apresentar separadamente as categorias "preta" e "parda", evitando generalizações que possam comprometer a compreensão dos dados.

De acordo com Silva (2014), a identidade é uma construção contínua que se refere ao modo de ser e estar no mundo. Nesse sentido, a (auto)identificação não se limita a um ato pontual, mas representa um processo complexo que envolve a apropriação de uma história cultural e a compreensão das múltiplas dimensões da pertença.

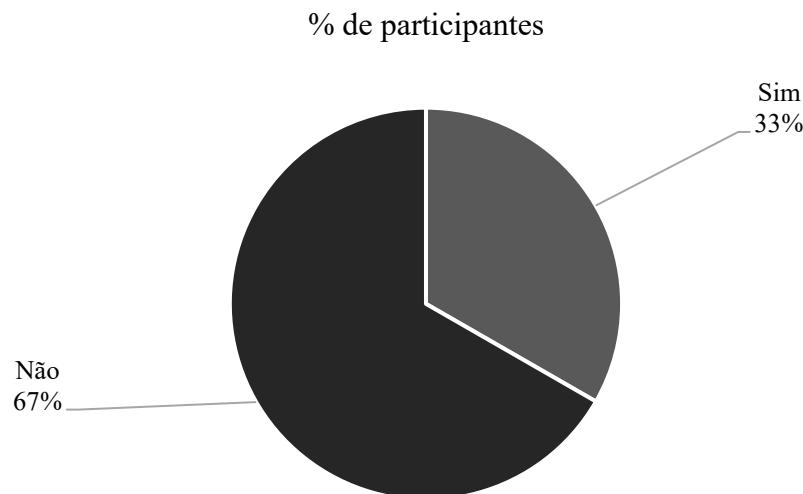
No campo das relações raciais, é comum o uso de categorias específicas para a identificação da cor da pele. Segundo Silva (2007), a criação e a adoção dessas categorias revelam as tensões étnico-raciais existentes na sociedade brasileira, refletindo disputas simbólicas em torno da identidade e da representação social.

Diante disso, ressalta-se a importância de fomentar, no âmbito do NEABI do IFCE – *Campus Jaguaribe*, e em outras instituições de ensino, o fortalecimento da (auto)identidade negra como parte do processo de construção

da identidade étnico-racial. Como afirmam Ramos, Santana e Santana (2011), é a partir do olhar do outro que o sujeito se constitui enquanto tal, o que torna ainda mais relevante o reconhecimento social da diversidade racial nos espaços educacionais.

Com base nessas discussões, o Gráfico 1 apresenta a percepção dos participantes em relação ao processo de colonização do Vale do Jaguaribe, Ceará.

Gráfico 1 – Conhecimento sobre a colonização do Vale do Jaguaribe, CE, 2022.



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Neste estudo, também foi avaliado o conhecimento prévio dos participantes acerca do processo de colonização do Vale do Jaguaribe, observando-se que 66,7% deles desconhecem esse processo. Esses dados são relevantes, pois indicam o desconhecimento da origem histórica e sociocultural de um povo em uma área geográfica específica e explicitamente delimitada. Assim, destaca-se a importância deste estudo, que poderá subsidiar a elaboração de estratégias para divulgar a história da colonização do Vale do Jaguaribe, Ceará, contribuindo para que a população local reconheça sua própria trajetória histórica.

A história constitui um fator fundamental para a construção da identidade (Munanga, 2012), sendo seu conhecimento essencial para o reconhecimento e a resistência dos povos. Conforme ressalta Chaves (2016), no início do processo de

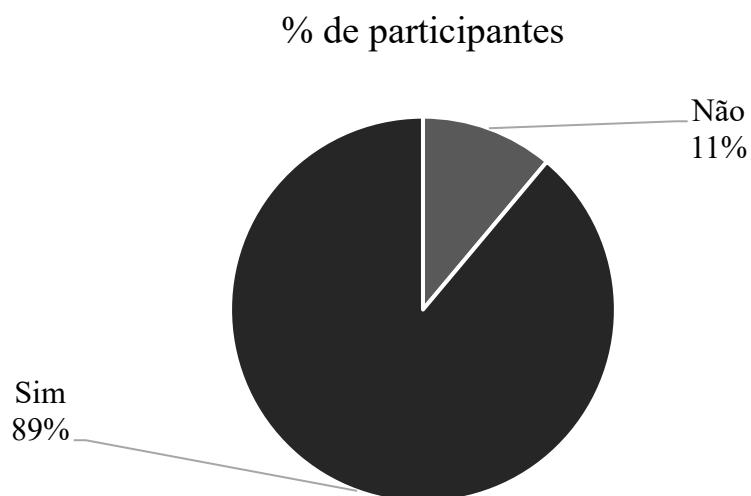
ocupação e colonização do Ceará, ocorreram inúmeros conflitos sangrentos e avassaladores entre os povos nativos e os invasores. Esses confrontos intensificaram-se com a expansão da pecuária, que resultou no aldeamento, escravização, expulsão e, em grande parte, assassinato dos povos originários.

Durante o processo colonial, negros, indígenas e brancos — esses últimos, principalmente colonizadores europeus — passaram a conviver nos mesmos espaços, originando a formação étnico-racial conhecida como “Fábula das Três Raças”. Conforme ilustrado no Gráfico 2, 89% dos participantes declararam conhecer essa narrativa, enquanto 11% afirmaram desconhecê-la.

649

O Gráfico 2 apresenta o nível de conhecimento dos participantes sobre a “Fábula das Três Raças”, uma narrativa que simboliza a formação étnico-racial no Vale do Jaguaribe, Ceará. Observa-se que a grande maioria (89%) dos respondentes afirmou conhecer essa representação histórica, o que indica uma familiaridade significativa com as questões relacionadas à composição racial da região.

Gráfico 2 – Conhecimento sobre a “Fábula das Três Raças” no Vale do Jaguaribe, CE, 2022.



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

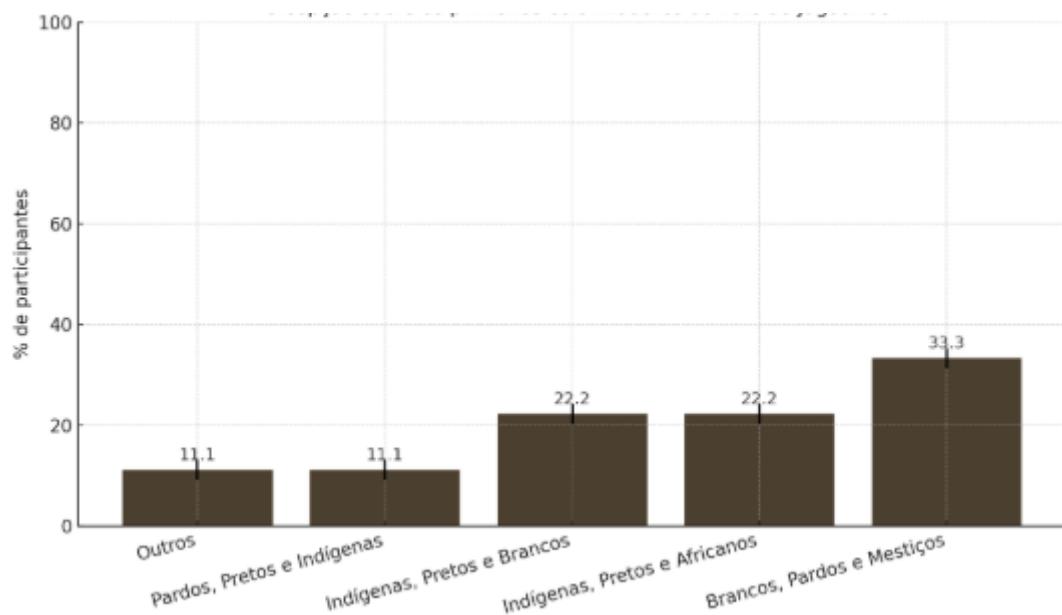
Esse dado sugere que, embora haja um desconhecimento expressivo sobre o processo de colonização em si (como mostrado anteriormente), os participantes possuem algum grau de consciência acerca das narrativas que explicam a origem

da diversidade étnica local. Essa familiaridade pode ser fruto das discussões promovidas no âmbito do Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena (NEABI) ou de outras iniciativas educacionais e culturais presentes na região.

Contudo, é importante destacar que o conhecimento sobre narrativas como a “Fábula das Três Raças” não implica necessariamente um entendimento crítico ou aprofundado sobre as dinâmicas históricas e sociais envolvidas. Portanto, essa constatação reforça a necessidade de ampliar os espaços educativos que estimulem reflexões mais amplas e críticas sobre as formas de colonização, resistência e identidade dos povos indígenas e negros do Ceará.

Ao abordar o conhecimento dos participantes sobre os primeiros colonizadores do Vale do Jaguaribe no século XVIII, observa-se uma grande variação nas respostas, conforme ilustrado no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Conhecimento dos participantes acerca dos primeiros colonizadores do Vale do Jaguaribe no século XVIII, Jaguaribe, CE, 2022.



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

No que diz respeito à percepção sobre quem teriam sido os primeiros colonizadores do Vale do Jaguaribe no século XVIII, 33,3% dos participantes acreditam que brancos, pardos e mestiços teriam iniciado esse processo.

Os dados deste estudo corroboram a pesquisa de Chaves (2016), ao afirmar que os agentes históricos responsáveis pela ocupação do Ceará foram, principalmente, portugueses, nativos e africanos. É importante salientar que a

sociedade cearense é caracterizada por uma grande mistura racial, mas ainda se estrutura sob a lógica da branquitude (Meinerz & Pereira, 2018).

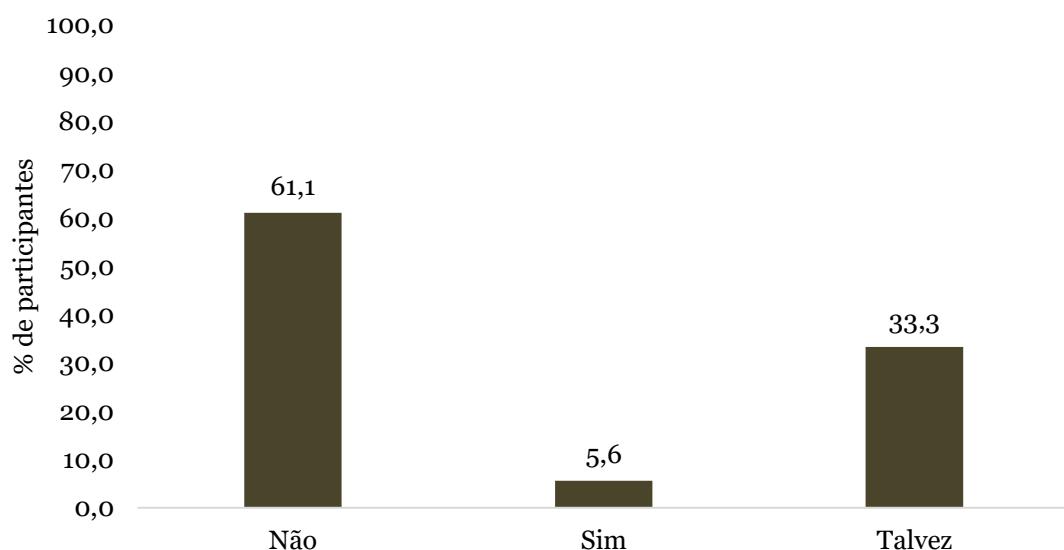
Em relação aos grupos procedentes do continente africano no século XVIII, o Ceará recebeu populações oriundas de regiões como Guiné, Angola e Moçambique. Esses grupos, junto aos nativos do Brasil, formaram uma nova estrutura sociofamiliar no Ceará, especialmente nas freguesias de Aracati e Russas, localizadas na ribeira do Jaguaribe. Dessa interação, originou-se uma sociedade biologicamente e culturalmente miscigenada (Chaves, 2016).

651

No que se refere aos povos colonizados, Ratts (2009) relata que, nas cidades do Vale do Jaguaribe — especialmente as hoje conhecidas como Jaguaribara, Jaguaretama, Jaguaribe e Aracati — a colonização ocorreu sobre grupos indígenas, como os jaguaribaras, que foram gradualmente perdendo suas terras e espaços de vivência para os colonizadores brancos.

Quanto ao conhecimento dos participantes da pesquisa sobre a chamada “Guerra dos Bárbaros”, observa-se que 61,1% afirmam desconhecê-la; 33,3% talvez já tenham ouvido algo a respeito; e apenas 5,6% dizem conhecê-la, como demonstra o Gráfico 4.

Gráfico 4 – Conhecimento sobre a “Guerra dos Bárbaros” no Vale do Jaguaribe, CE, 2022.



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

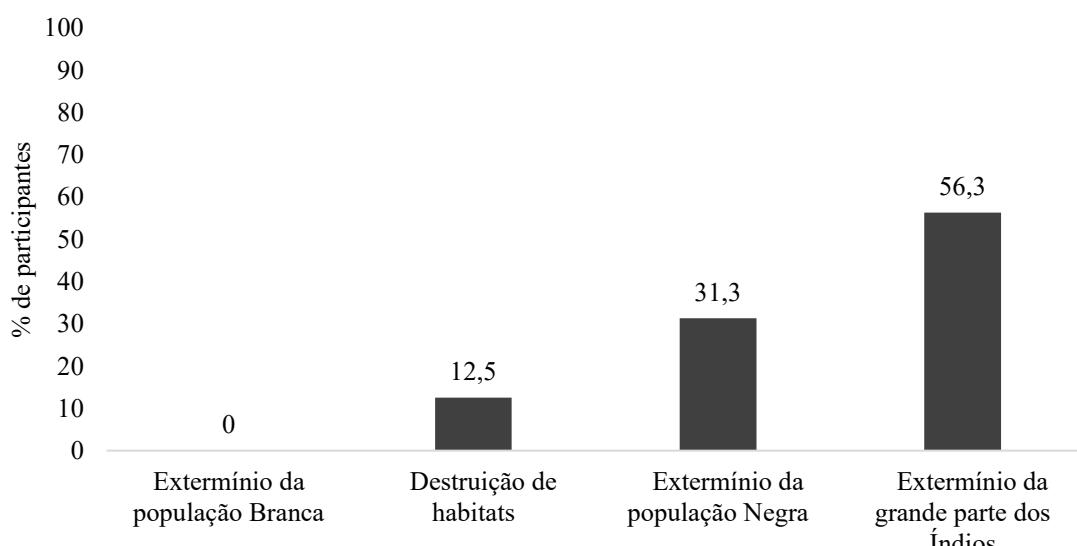
Observa-se, nesta pesquisa, um elevado percentual de participantes que desconhece a chamada Guerra dos Bárbaros — conflito que, segundo Chaves (2016), também ficou conhecido como um movimento unificado de resistência à colonização no sertão cearense.

De acordo com Ratts (2009), em razão dos conflitos e guerras travadas entre as populações que até então habitavam a região, houve a migração de certos grupos para áreas de refúgio. Esses deslocamentos resultaram na formação de novos agrupamentos e no povoamento de locais considerados mais seguros, como forma de garantir a sobrevivência dessas populações.

A Guerra dos Bárbaros, mais do que um movimento unificado de resistência, consistiu em uma série de conflitos heterogêneos que envolveram indígenas, moradores, soldados, missionários, agentes da Coroa portuguesa, entre outros. Esses conflitos ocorreram na ampla região do sertão norte (Chaves, 2016).

Além da busca por compreender o conhecimento dos participantes sobre a Guerra dos Bárbaros, analisaram-se também suas consequências, conforme ilustrado no Gráfico 5.

Gráfico 5 - Efeitos Históricos da Guerra dos Bárbaros no Sertão Cearense – Percepções Locais (2022).



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

O resultado aponta que, para 56,3% dos participantes, essa guerra promoveu o extermínio dos indígenas; já para 31,1%, o principal impacto foi o extermínio da população negra.

Além do extermínio de indígenas e da invasão das áreas por eles ocupadas, a Guerra dos Bárbaros — que se estendeu por cerca de 50 anos — também resultou no aldeamento de grupos remanescentes dos conflitos. Esses grupos, por diversos motivos, acabaram por deixar livre o caminho para a expansão da pecuária e a instalação de curraleiros no sertão do Jaguaribe (Chaves, 2016).

653

A falta de conhecimento sobre essas guerras, aliada ao extermínio de populações e à persistência do preconceito, contribui para o que poderíamos denominar de não democracia epistêmica — ou seja, uma estrutura em que certos saberes são sistematicamente invisibilizados ou negados.

De acordo com Carneiro e Frischmann (2005), uma das bases dessa crítica é o conceito de epistemicídio, entendido como a destruição sistemática de formas de conhecimento e culturas que não são assimiladas pela lógica do Ocidente branco. Esse conceito busca problematizar as diversas maneiras pelas quais o conhecimento e o poder racial se entrelaçam.

Criar novos papéis fora dessa ordem colonial nos impõe concepções heteronormativas e eurocentradas no caminho da formação, e dessa forma devemos nos contrapor a esses discursos com nossos corpos, nossas vozes, nossas maneiras de fazer ciência, nossos saberes, não como experiência exótica e bissexta, mas como conhecimentos legítimos e urgentes (Kilomba, 2019, p. 32).

As histórias e descobertas precisam ser resgatadas para “retirar as máscaras brancas” do conhecimento, permitindo que os povos atingidos possam promover seus próprios aquilombamentos. Aquilombados e livres das máscaras com as quais tentaram amordaçar, silenciar e invisibilizar as populações negra e indígena — separando-as da população branca — esses grupos buscam reconstruir suas memórias e afirmar suas identidades (Kilomba, 2019).

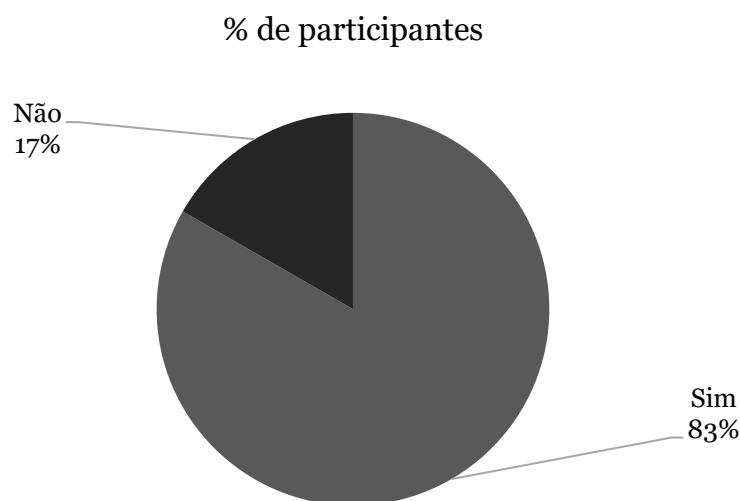
É nesse contexto que se insere a necessidade da descolonização epistêmica, a qual deve se estender também ao interior das escolas. Isso implica pensar e sentir em diálogo com uma produção científica multidisciplinar e emancipatória,

que transforme o ato de ensinar em uma prática verdadeiramente democrática e justa, especialmente nas escolas do interior cearense.

Em relação ao conhecimento dos participantes sobre a divisão entre a população negra e branca no século XIX, 83,3% afirmaram acreditar que essa divisão existia, enquanto 16,7% discordaram dessa ideia, conforme mostra o Gráfico 6.

Gráfico 6 – Percepções sobre a Divisão entre Populações Negra e Branca no Século XIX – Jaguaribe, CE, 2022.

654

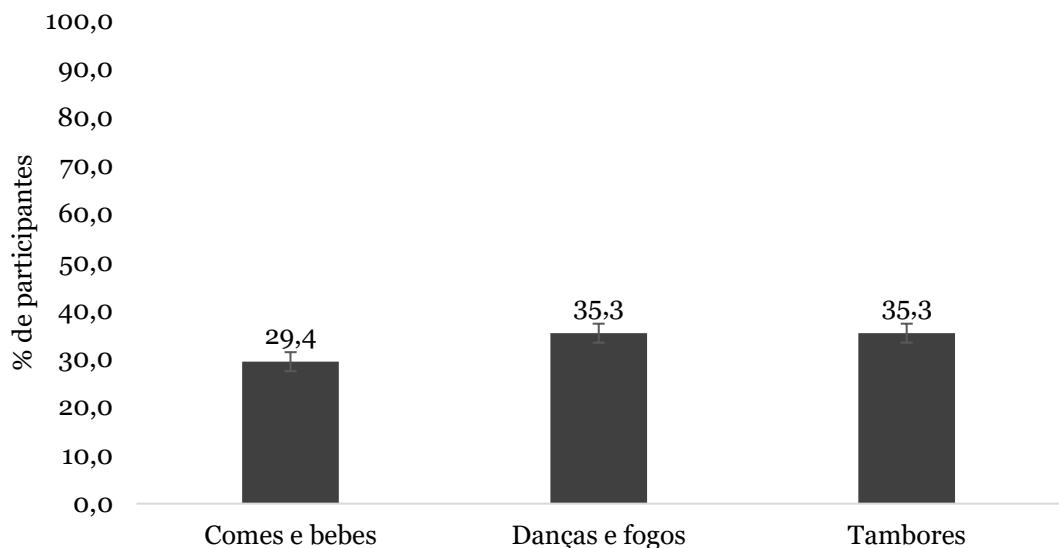


Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

De acordo com Machado (2006), observa-se que, em 1798, quando a população ainda era reduzida, quase todos os agregados eram identificados como pardos ou pretos. Com a posterior entrada maciça da população branca, ocorreu um afastamento entre os grupos, e um contingente ainda maior passou a ser identificado como branco, em contraste com a população negra e parda.

Em relação às comemorações das festas de Nossa Senhora do Carmo, avaliou-se a percepção dos participantes quanto ao conhecimento sobre as formas como esses festejos eram tradicionalmente realizados, conforme mostra o Gráfico 7.

Gráfico 7 – Percepção sobre a Festa de Nossa Senhora do Carmo no Vale do Jaguaribe – CE, 2022



655

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Por fim, os participantes foram questionados sobre a celebração da festa de Nossa Senhora do Carmo e sobre as formas como esses festejos eram realizados. Para 29,4%, a festa ocorria apenas com comes e bebes; para 35,3%, incluía danças e fogos; e para 35,3%, era realizada ao som de tambores.

A celebração de Nossa Senhora do Carmo é um evento histórico com raízes no período da colonização do território brasileiro, influenciado pela tradição católica portuguesa. As festas em homenagem a santos são heranças culturais trazidas pelos europeus durante a colonização, sendo esta religião – o catolicismo – responsável por controlar, por muito tempo, aspectos importantes da vida dos povos nativos.

Trata-se de uma manifestação religiosa anual, cuja parte litúrgica acontece à noite, com missas e rezas do terço. Já a parte social é realizada após a celebração religiosa, com a realização de um arraial animado por tambores, o que atrai diversos devotos (Pinto; Filho; Júnior, 2018).

Essa celebração também guarda relação com as populações preta e indígenas, podendo ser compreendida como parte do legado dessas comunidades historicamente silenciadas na história da cidade de Jaguaribe.

Conclusão

Os dados indicam que o grupo NEABI do IFCE – *Campus Jaguaribe* é composto por pessoas brancas e negras, sendo estas últimas a menor parcela. Destaca-se a importância de ampliar a participação de jovens estudantes e professores, tanto da instituição quanto da comunidade, para promover o enegrecimento e a ocupação dos espaços. A divulgação da história da colonização do Vale do Jaguaribe nas escolas pode contribuir para essa ampliação.

656

É necessário aprofundar o estudo da colonização de Jaguaribe, fortalecendo o resgate da história e cultura indígena e negra, frequentemente esquecidas na narrativa dominante, para reconhecer e valorizar a identidade dessas populações. Além disso, a autoidentificação negra no grupo NEABI e em outras instituições educacionais é fundamental para a construção de uma consciência e de uma identidade étnico-racial, conforme evidenciado pela avaliação do conhecimento dos participantes sobre a colonização.

Observa-se a enorme contribuição da população negra na sociedade cearense, que a História do Ceará insiste em omitir e que permanece invisível; portanto, essa história e cultura de herança africana não podem ficar fora do passado da nossa população. Nesse sentido, é preciso desmistificar, nos espaços escolares e não escolares, a ideia de que o Ceará não tem negros/as, seja por meio da história ou da cultura, e mostrar a grande influência desse povo ao nosso redor, o qual não enxergamos devido ao nosso olhar distorcido e racista em relação aos afro-cearenses.

Por fim, reforça-se que este é um trabalho contínuo, que deve avançar com novas pesquisas e ações, promovendo a implementação da Lei nº 10.639/2003, para inserir conteúdos étnico-raciais nos currículos escolares e reduzir a invisibilidade histórica dos participantes.

Referências

- ARAÚJO, E. M. de. **A implementação da Lei 10.639/03 e seus impactos socioeducacionais na sociedade**. [S.l.: s.n.], 2004. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/index>. Acesso em: 25 abr. 2020.
- CARNEIRO, A. S.; FISCHMANN, R. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. São Paulo: **Editora da Universidade de São Paulo**, 2005.
- CHAVES, E. de O. **População e família mestiça nas freguesias de Aracati e Russas-Ceará, 1720/1820**. 2016. 290 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2016.
- DIAS, G. F. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004.
- ESTEVES, G. P. R. As relações étnico-raciais no Brasil: cultura e preconceito. **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, v. 10, n. 2, 2018.
- FERREIRA, H. A presença negra e de africanos livres no Ceará do século XIX: um resgate histórico. In: **Trajetórias históricas e práticas pedagógicas da população negra no Ceará**. Coleção Formação do Movimento Negro Unificado. Fortaleza: Imprece, n. 1, jan. 2009.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GOMES, N.L. Diversidade étnico-racial e educação no contexto brasileiro: algumas reflexões. In: **Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- INSTITUTO DE PESQUISA ESTRATÉGICA DO CEARÁ – IPECE. Ceará em mapas. 2007. Disponível em: <http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo1/12/index.htm>. Acesso em: 27 out. 2022.
- KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- MACAGNO, L. Três “raças” e uma nação? A propósito de África no Brasil e Brasil na África. **Revista de Estudos Antiutilitaristas e Pós-Coloniais**, v. 1, n. 2, p. 94-112, 2011.
- MACHADO, C. S. **A trama das vontades: negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social**. 2006. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. [páginas não informadas]

MEINERZ, C. B.; PEREIRA, P. N. Educação das relações étnico-raciais e superação da branquitude. **Identidade!** São Leopoldo, v. 23, n. 1, p. 161-180, jan./jul. 2018.

MUNANGA, K. **Negritude: usos e sentidos.** 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

NUNES, C. **O reisado em Juazeiro do Norte-CE e os conteúdos da história e cultura africana e afrodescendente:** uma proposta para implementação da Lei nº 10.634/03. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2007.

NUNES, S. A. Indígenas no Ceará: colonialismo, guerra justa e as políticas de aldeamento no século XVIII. **Revista de História Comparada**, v. 10, n. 1, p. 241-262, 2016.

OLIVEIRA, M. M. de. **Como fazer pesquisa qualitativa.** Petrópolis: Vozes, 2010.

PINTO, S. G.; FILHO, J. D. M. **O turismo religioso: a festa de Nossa Senhora do Carmo em Parintins-AM.** Repositório Institucional, Universidade do Estado do Amazonas, 2018.

RATTS, A. **Traços étnicos: espacialidades e culturas negras e indígenas.** Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura, 2009.

RAMOS, A. O.; SANTANA, M. de; SANTANA, J. V. J. de. Relações étnico-raciais no ambiente escolar: reflexões a partir de uma escola pública no município de Itapetinga/BA. **Educação, Gestão e Sociedade**, São Paulo, ano 1, n. 2, p. 1-32, jun. 2011.

SILVA, M. L. da. **Educação, etnicidade e preconceito no Brasil.** Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007.

SILVA, T. T. da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo.** 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

SOUSA, A. S.; BRAGA, C. F. O branqueamento da pessoa negra no Brasil. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, [s.d.].